

CARTA DO SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA À POPULAÇÃO BRASILEIRA

PSICOLOGIA, LAICIDADE E DISCURSO RELIGIOSO NAS ELEIÇÕES

Neste momento de proximidade das eleições no Brasil, a Psicologia não pode se manter neutra em função de seu compromisso com a democracia em sua plenitude. O Sistema Conselhos de Psicologia vem a público reafirmar o seu posicionamento frente à consolidação do Estado Laico e manifestar sua preocupação acerca do uso indiscriminado do discurso religioso na política.

A liberdade, inclusive a religiosa, vem sendo cerceada por manifestações fundadas na segregação e na polarização dos mais diversos grupos. A diversidade de crenças, saberes, posicionamentos sociais e existenciais precisa ser assegurada. A agenda de Direitos Humanos e, conseqüentemente, os direitos dos mais diversos segmentos da sociedade brasileira, tais como direitos sexuais e reprodutivos, das diversas configurações de família, da infância e juventude, dos usuários de álcool e outras drogas, dos povos tradicionais, vem sendo reiteradamente prejudicados pela imposição de propostas políticas pautadas em argumentos religiosos fundamentalistas.

A Psicologia reconhece a diversidade das subjetividades e da autodeterminação dos grupos sociais na expressão de suas livres consciências, moralidades e práticas. Entende também a importância da religião, da religiosidade e da espiritualidade na constituição de subjetividades, particularmente num país com as especificidades do Brasil. A riqueza da democracia reside na preservação da diversidade manifesta nos diferentes modos de ser e de viver, que precisam ser preservados em sua pluralidade de acordo com o marco constitucional. A autonomia de indivíduos e grupos sociais não pode ser violada devido à imposição de grupos fundamentalistas.

Para a manutenção democrática do debate eleitoral, acreditamos que candidatos e partidos devem manifestar seus projetos, sem apelar para ideologias que promovam a violência e a cristalização de valores fundamentalistas. A psicologia, comprometida com seus princípios éticos, defende veementemente a liberdade do voto e repudia qualquer forma de cerceamento. Desta forma, nós, psicólogas e psicólogos, reafirmamos nossa corresponsabilidade na edificação de uma sociedade democrática.

(GT NACIONAL – PSICOLOGIA, LAICIDADE E RELIGIÃO – Setembro/2014)